

Progresso, Calamidade e Trabalho: Pobreza e Urbanidade Incipiente na Cidade em Fins do Oitocento

Felipe Ronner Pinheiro Imlau Motta
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

Este artigo trata da confrontação ocorrida durante a Grande Seca de 1877 no Ceará. Utilizando as palavras progresso, calamidade e trabalho como janelas para o entendimento das várias sensibilidades geradas em torno da problemática da seca, procuramos compreender os sentidos atribuídos a elas, historicamente, pelos vários grupos estudados. Assim, ultrapassamos a visão homogeneizante que transformou a seca em um patrimônio da vitimização, comum ao Ceará, e passamos a desenvolver as possibilidades de conflito entre os sertanejos retirantes e as elites da cidade, que viveram este momento, cada um a seu modo, em lados opostos, exercendo seus papéis referentes à tentativa de dominação e à resistência.

PALAVRAS-CHAVE

Progresso, calamidade, trabalho.

ABSTRACT

This article is about the confrontation happened during the Great Drought of 1877 in Ceará. Using the words progress, calamity and work as windows for the understanding of the several sensibilities generated around the problem of the drought, we tried to understand the senses attributed to them, historically, for the several studied groups. Thus, we surpassed the homogeneous vision that it transformed the drought in a patrimony of the victimization, common to Ceará, and we started to develop the conflict possibilities among the country retirantes and the elites of the city, that lived this moment, each one to its way, in opposite sides, exercising its referring roles to the dominance attempt and the resistance.

KEY WORDS

Progress, calamity; work.

Gilberto Freyre, prefaciando obra de sociologia das secas datada de 1947, abriu o texto com a seguinte assertiva:

Quando um brasileiro ouve falar em 'sêcas' pensa imediatamente no Ceará e em 77. Um lugar e uma data. É que esse lugar e esses dois 7 quase apocalípticos se tornaram a síntese dramática das grandes sêcas que o Brasil tem sofrido. A população martirizada pelas sêcas não tem sido porém apenas o cearense e sim a do inteiro Nordeste (sic) árido ou semiárido. E, quanto a datas, já houve quem atinasse com uma espécie de ritmo... Uma como relação rítmica entre o espaço e o tempo... O clima de uma região – O Nordeste árido do Brasil – dançando sua dança macabra, não arrítmica ou descompassadamente, mas ao som de uma espécie de música.¹

O tom com que Freyre se refere à seca de 1877 é reprovativo quanto à memorização do Ceará como monopolizador dos sofrimentos e martírios decorrentes do que o autor chamou de “relação rítmica” entre natureza e homem do “Nordeste árido do Brasil”. Sua intenção era espargir a vitimização de uma determinada província a uma região a questionar: tendo ocorrido inúmeras secas e tendo estas atingido, desde tempos imemoriais, vários pontos do que hoje convencionamos chamar de Nordeste, por que a seca de 1877 foi tão emblemática e por que o autor teve que fazer referente ressalva para legar também a outros Estados a herança do martírio?

Em outras palavras, que memória tão forte e duradoura foi capaz de fazer com que o Ceará e a seca de 1877, durante muito tempo, fossem tidos não somente como a “síntese dramática das grandes sêcas que o Brasil tem sofrido”, mas também como detentores dos sentimentos de comoção e solidariedade, compaixão e piedade, sempre presentes nos momentos cruciais do flagelo e responsáveis pelo despertar da sociedade civil e do Estado para com os atingidos pela seca?²

Tal questão se relaciona a um complexo leque de relações que se estabeleceram no final do século XIX. À mudança de costumes antigos, formas de lidar com a natureza, com o deslocamento de retirantes e com suas decorrências imediatas.

A noção de calamidade surgiu no final do século XIX carregada de apelo à caridade pública mas também como cobrança à intervenção do Estado na situação da província. O progresso constantemente propalado pela imprensa local serviu como contraponto da miséria, como meio de sopesar os danos afligidos à nação, pelo menos em seu viés incipientemente regionalista, pela seca de 1877. A fase próspera que o Ceará vinha desenvolvendo, desde meados da década de 1860, sofrera grave refluxo devido à calamidade que se instalou na província em 1877, pelo menos assim afirmavam a imprensa local e representantes da elite política, administrativa e econômica da Província.

Entretanto consideramos que, a contrapelo deste discurso, aflorou um movimento histórico de dominação e tentativa de soerguimento de uma elite falida, em fins do XIX. Dominação, na medida em que criou um discurso razoável, coerente e atraente, intensificando e justificando medidas mais severas em relação ao controle, normalização e disciplinamento do trabalhador livre e pobre. E soerguimento por apresentar-se como válvula de escape à uma elite que, posta à margem do circuito decisório da política imperial, utilizou-se, com extrema eficácia, de uma estratégia de confrangimento nacional: seca, fome, epidemia e morte, as antíteses do progresso, mais do que justificativas à intervenção do império, um constrangimento a essa intervenção.

Nesta ambiência, a cidade de Fortaleza, como sede político-administrativa da província, apresentou-se ao pesquisador como *locus* de intervenção de discursos e práticas que vão desde a sua apresentação como símbolo de um progresso crescente até o seu poder de atração telúrica sobre o retirante – sequioso de auxílio governamental –, de modo que a capital da província passou por uma situação ímpar em 1877. Mas que não se reteve apenas ao período da seca em questão, que durou até 1880, praticamente.

O processo de urbanização fortalezense está marcado por esta trilogia, que faz parte do mesmo movimento histórico: progresso, calamidade e trabalho podem ser sintetizados, mantidas as suas dimensões conflitivas, nos projetos e estratégias de construção material da cidade. Em sua incipiente urbanização, a capital do Ceará foi marcada de maneira indelével pela seca e todas as imbricações sociais acarretadas por esse fenômeno. Isto em sua “experiência visual”.³ no que há de mais material em sua constituição, no calçamento das ruas, na cadeia e no passeio público, na estrada de ferro que a liga aos centros produtores da província e na constituição dos bairros periféricos.

Propomo-nos, portanto, discutir as implicações das mudanças em relação ao trato com a seca, sob o tríplice enredo que se articula pela imbricação das concepções de progresso, calamidade e trabalho, três categorias presentes e constantemente discutidas pelos coevos do século XIX, em relatórios de presidente de província, jornais liberais ou conservadores, atas da câmara, bem como em periódicos do Rio de Janeiro e em sessões da Assembléia Legislativa Imperial. Tal discussão, no entanto, será pautada sempre por um referencial: as táticas de resistência dos retirantes contra as políticas públicas que os visavam manietar e submeter compulsoriamente nas obras de construção da cidade.

Adiantamos que, em alguns momentos do texto, principalmente nos que se referem à narrativa e análise da *calamidade*, o apelo sentimental e a comoção parecem irresistíveis e o leitor pode se sentir tentado a embarcar

em irrecusável empatia com o sofrimento do cearense. Tal empatia se faz necessária na medida em que o envolvimento nos abre possibilidades de percepção do fenômeno ocorrido durante o período referido, a dor não pode ser relegada a segundo plano, pois ela foi parte integrante e ativa do enredo que pretendemos discutir. Não devemos nos distanciar do sofrimento real dos homens e mulheres que foram diretamente atingidos pela calamidade, porém se faz necessário estarmos sóbrios para que possamos captar não somente martírios mas também as estratégias empreendidas por uma classe que soube se utilizar, com destreza, deste apelo emocional, que é bem peculiar aos momentos de seca e escassez. E, ao mesmo tempo, não perdermos de vista a dimensão atuante do retirante, de maneira nenhuma apático e sempre atento aos códigos do poder, pondo-os à prova e contrapondo táticas de sobrevivência criativas em relação às estratégias de dominação.

Ao progresso, à calamidade, ao trabalho, enfim, que são as nossas passagens para um mundo de fantasmagorias várias, cenografias, em parte, e experiências de sobrevivência certamente ímpares

PROGRESSO, REMODELAÇÃO E CONTROLE: CÂNTICOS E FEITOS DO PORVIR

Entendemos como prática inerente ao ofício do historiador compreender e explicar, percebendo e ordenando o caos amalgamado pelas inter-relações de experiências vividas. Manter a complexidade dessas vivências é essencial, porém, por mais que sejamos esforçados e conscientes das responsabilidades políticas de nosso ofício, limites nos são impostos, pela forma mesma como sistematizamos essas vivências. Conferindo cognoscibilidade ao passado, sentidos às vezes falhos, às vezes por demais artificiais, ou, em outros momentos, confeccionando métodos de forma a estarmos abalizados para lidar com essas experiências pulsantes e fugidias, estabelecemos também referenciais de percepção desse passado.

Portanto, ao historiador impõe-se a necessidade de estabelecer uma astúcia investigativa e um aparato teórico-metodológico adequados ao seu objeto de estudo. Uma das astúcias de investigação elaboradas para ordenar os fios de novelo deste objeto polissêmico, que é a cidade, foi desenvolvida de maneira a possibilitar a compreensão do fenômeno urbano. Como recurso do pesquisador surgiu, na historiografia da cidade, a metáfora de um *locus* bifronte, cindido em duas metades, partes constitutivas de um todo que se articula de diferentes maneiras, sob o signo da estratégia poderosa de mecanismos de ordenação material e simbólica.

Neste sentido, *Conto de duas cidades*, termo utilizado por Margarida

de Sousa Neves, referindo-se à obra de Dickens, toma um significado especial no levantamento de questões referentes ao ambiente citadino. Ao mesmo tempo em que a autora tece sua análise dos conflitos engendrados na trama urbana do Rio de Janeiro republicano, alerta para a projeção de uma cidade dividida por um projeto burguês que, ao buscar sua identidade e ao construir sua auto-imagem, seu “eu” social, esmerou-se por distanciar as classes trabalhadoras e confrontar a pobreza urbana num combate injusto, porque são sempre desiguais as correlações de força.⁴

A metáfora da cidade bipartida é recorrente na historiografia e atesta a percepção de conflitos engendrados na trama urbana. No entanto, fazemos um aparte, tais conflitos estão inseridos em um mesmo ambiente citadino, as relações sociais extremamente hierarquizadas e segregadoras impostas pelas políticas urbanas é que nos fazem percebê-lo cindido em duas metades, que atestam formas diferentes de viver e de sociabilidade. Tal bipartição, neste sentido, representa um mecanismo de ordenação operado também pela historiografia e, se tem o mérito de perceber exclusões políticas, também credita a uma dada sociedade uma hierarquização fictícia. Esta “cisão”, que é social, embora nunca tenha se efetivado absolutamente parece ter se agudizado no final do século XIX e é o que há de mais nítido em relação ao projeto político de construção da civilidade.

O progresso pressupõe a exclusão da grande maioria do lado positivo desta urbanidade incipiente. Entretanto não há nem poderia haver uma partição real da sociedade urbana em fins do século XIX, e projetar na História tal separação entre classes ou mesmo entre ricos e pobres, dominantes e dominados, estabelece, na própria disciplina, a vitória de um projeto burguês de distanciamento em relação às classes trabalhadoras. Não negamos o projeto, questionamos seu triunfo reverberado em nossa escrita histórica. A cidade é um amálgama, trama, enredo e cena, ruas, prédios e praças, padrões e operários vivendo, à revelia de intenções hierarquizadoras do espaço urbano, em uma constante peleja num mesmo ambiente extremamente conflituoso, mais complexo do que nossas dualidades estruturantes.

Tal *tentativa* de partição do espaço urbano pode ser percebido ao tomarmos o processo de construção e ordenação sociomaterial de Fortaleza, que buscava alinhar-se ao código de civilidade nacionalmente aceito e inspirado no modelo europeu. Assim, a inserção da cidade no circuito de negociações internacionais, a partir do incremento da produção algodoeira, apresentou-se como impulso ao desenvolvimento de novas aspirações por parte de uma classe comercial.

A partir da segunda metade do século XIX, ocorreu crescimento

significativo da exportação de alguns produtos cearenses; algodão e couro são citados como produtos que garantiram a participação do Ceará nas rendas provenientes do comércio de exportação. Quando do decréscimo da produção algodoeira estadunidense, a partir de 1865 – devido à Guerra de Secessão –, o Ceará assumiu um importante papel no abastecimento desta matéria-prima à Inglaterra. A cotonicultura se tornou uma fonte de renda e o comércio de algodão, essencial à indústria de tecidos inglesa, foi incrementado de modo que, “por volta de 1870 e da seca de 1877, que desorganizou a produção, os valores obtidos com a exportação, ao final dos anos considerados, seriam superiores aos verificados nos anos iniciais” do século XIX.⁵ A inserção do Ceará, como fornecedor de matéria-prima ao mercado europeu, representando o Brasil na divisão internacional do trabalho, aliada a outros fatores, permitiu a aceleração do ideal de progresso em Fortaleza.

O contato com o padrão de sociabilidade burguês, irradiado pelos grandes centros europeus, principalmente Paris, e o afluxo de investimentos em Fortaleza, por parte dos investidores ingleses, proporcionaram tanto a aproximação cultural quanto as condições materiais necessárias ao implemento de reformas sociais e arquitetônicas na cidade. A necessidade de se apresentar ao capital europeu como um igual, passando a sensação de credibilidade e confiabilidade, por uma aproximação em termos socioculturais, aliada à ansia de civilidade das classes dominantes locais, fez como que lentamente começasse a se estabelecer, em Fortaleza, uma nova proposta de sociabilidade.

Esta recente ordenação urbana, encampada por intelectuais, profissionais liberais, comerciantes, pode ser percebida pelo surgimento de novos equipamentos e serviços, bem como por leis voltadas à regulamentação das condutas.

Desta maneira, em 1864, o presidente de província, José Bento, “mandava o Engenheiro da Província apresentar-lhe os orçamentos das obras desse futuro logradouro”⁶, que viria a ser, em 1880, o Passeio Público da cidade. A iluminação à base de azeite de peixe foi substituída, em 1866, pela de gás carbônico – serviço a cargo da Ceará Gaz Company Limited, empresa inglesa – e concorreu para que um outro ritmo determinasse a vida em Fortaleza, fazendo com que os dias se tornassem mais longos e criando uma atmosfera de progresso, ao projetar as luzes em forma de leque sobre praças e ruas mais escuras.⁷ A medicina social também participou desse momento de intervenção, determinando a criação da Santa Casa de Misericórdia, em 1861, e, posteriormente, dos asilos de Mendicidade e de Alienados, ambos concluídos em 1886, bem como apresentando propostas quanto ao saneamento público,

pretendendo atingir diretamente a mentalidade da população ao almejar criar uma classe trabalhadora fisicamente apta ao trabalho.⁸

Naquele momento, procuravam-se estabelecer regras de conduta, projetos de disciplinamento da vida social e do crescimento da cidade que já tendia a se expandir. Assim, em 1865, a intenção de intervir diretamente na construção das casas, e, mais precisamente, na regulamentação da produção da vida privada pode ser precisada no Código de Posturas da cidade.

Ao analisarmos a noção formal e idealizada apresentada neste Código de Posturas, percebemos as discrepâncias entre a atitude prática de controle e a força da lei. Medidas de ordenação da conduta social e estética com estatuto de leis levadas à população da capital, pretendiam maior controle sobre a proliferação de moradias populares (choupanas, casebres). Entretanto, por vezes, esses Códigos de Posturas se apresentavam mais inibidores e repressivos em seu caráter simbólico do que em sua efetiva aplicação. O artigo 1º da postura de Fortaleza, de 1865, dá-nos uma idéia do projeto de intervenção do Estado na privacidade das moradias em Fortaleza.

Art.º. 1º As casas térreas que d’ora em diante forem edificadas nesta Cidade, terão de altura vinte e dois palmos [antiga unidade de medida de comprimento equivalente a 22 cm.] desde a soleira até a base da cornija; as portas terão quatorze palmos de altura, as janelas nove e meio, tendo umas e outras seis palmos de largura.⁹

Tal padronização do espaço urbano, obviamente, não se verificou nem vinte anos depois, quando do arrolamento levado adiante pelo então chefe de polícia Manoel dos Santos Vital, realizado em 1887, que visava mapear o perímetro central da cidade. Por mapeamento, entenda-se identificar em que ruas do centro se localizava a maior parte das choupanas, a profissão exercida por seus moradores, o nível de instrução, os locais onde se comerciavam *bebidas espirituosas*, ou seja, necessariamente um meio de planejar, a partir do esquadrihamento urbano, mecanismos de disciplinamento social. A constatação do censo empreendido pelo chefe de polícia foi que, em fins da década de 80, permaneciam de pé 1.278 choupanas, dentre as 6.797 habitações compulsadas, em que residiam quitadeiras, costureiras, prostitutas, cozinheiras, seus amasiados e um número extenso de pessoas sem profissão, vivendo como agregados, subordinados diretamente a essas mulheres, que certamente incomodavam pela simples presença após uma série de investidas do Estado sobre suas residências e sobre suas pessoas.¹⁰

Entretanto, apesar da presença de desregulações da norma, os

camaristas da cidade referiam-se reiteradamente, nas atas da câmara, à necessidade de buscar o progresso. A noção de progresso, capitaneada pelos homens do *Oitocento*, é entendida como uma marcha para adiante, um avanço no sentido da melhoria técnica, bem como do surgimento de novos valores e equipamentos urbanos. Entendemos tal concepção como a projeção mental de um movimento *ad continuum* de avanço e aceleração em relação ao passado, em busca de um futuro promissor, calcado em valores burgueses. Ou seja, como categoria, progresso, associa-se a uma espécie de marcha para um futuro projetado. Seu sentido enuncia-se tanto na busca de novas sensibilidades, ligadas à renovação do espírito de uma época, do cultivo de novas tradições ou do florescimento, nas classes aburguesadas, de novos costumes cingidos por um *habitué* europeu, quanto ao implemento material de inovações arquitetônicas.

Tal concepção de progresso está presente, portanto, nos códigos de postura, que ditavam e regulamentavam maneiras de portar europeizantes – caras aos homens de poder fortalezenses, mas estrangeiras aos costumes do cearense provinciano. Essa mesma concepção se faz presente em uma atitude mais pragmática em relação ao ambiente urbano, conferindo-lhe outra significação por meio de uma política de obras públicas que reconfiguraram a paisagem citadina e denotam uma experiência humana com intuito claramente civilizador. A planta de Fortaleza, projeto de Adolpho Herbster (1875), e as obras de empedramento, construção de logradouros, prédios e equipamentos públicos na cidade inscrevem-se na segunda opção, em atitude mais pragmática em relação ao ambiente urbano.

Uma ressalva deve ser feita, relacionamos o progresso espiritual e o distinguimos do progresso material para fins de melhor percepção e explicação do movimento *fin-de-siècle*. Mas o homem pensa enquanto faz e faz pensando, de modo que ele é a interseção desse pensar/agir. Não deve haver, portanto, no plano das ações humanas, distinções entre categorias de pensamento e de ação, pois as primeiras podem produzir efeitos tão materiais e práticos quanto o ato de construir uma parede.

Destarte, a produção da nova planta da cidade, em 1875, pretendendo organizar o crescimento e a distribuição dos equipamentos urbanos, neste momento de intervenção, constituiu um dos significativos símbolos de progresso da capital cearense. Representativa deste projeto urbanístico, a *Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios* instituiu-se como um marco, pois foi a primeira grande empreitada institucional com intuito de projetar, para a cidade, um processo de civilização nos moldes técnico-científicos modernos. Foi elaborada em traçado xadrez, com linhas ortogonais,

permitindo a padronização de Fortaleza em quadriláteros e propiciando uma proposta disciplinar do crescimento urbano, levando este sistema xadrez para além da área construída.

O próprio engenheiro contratado, em 1865, para exercer o planejamento da cidade, foi um referencial dos novos tempos que se estabeleciam. Substituindo o então “arruador” – arquiteto leigo da municipalidade –, Herbster figurou representativamente a mudança de hábitos e a inserção de novos agentes no novo cenário social da cidade: a substituição do arquiteto leigo por um pernambucano, filho de pai suíço-alemão e mãe francesa, com formação acadêmica, representa a condenação de antigas profissões já não mais cabíveis na segunda metade do século XIX.

Sua atuação na organização e planejamento urbano foi constante. Além da planta de 1875, Herbster foi responsável por inúmeras obras, bem como pela emissão de uma quantidade significativa de pareceres, requisitados pelos camaristas, sobre a permissão ou não de construções particulares em Fortaleza. Ou seja, todas as requisições feitas à câmara municipal, pleiteando permissão para construir ou reformar um imóvel, passavam incondicionalmente por Herbster, que, a rigor, era quem deferia ou não o pedido. Tal atuação dos poderes públicos foi constante e o número de petições, neste sentido, negadas, bem como de terrenos e imóveis desapropriados pela câmara, durante os anos finais do século XIX, foi elevado.

A intenção era encaixar a cidade e seus moradores na planta que Herbster projetou. Assim, foram constantes as pejejas judiciais daqueles que se sentiam lesados em seus direitos de proprietários:

Luis Taumaturgo da Guerra Machado, requereu a esta Camara ser desapropriado de um terreno de sua posse e dominio, que mede 380 palmos á rua Leopoldina, mediante uma indemnisação pecuniaria, em consequencia de haver-se-lhe negado lecença para nelle edificar casas e de achar-se o dito terreno destinado á uma praça. Obtidas informações do Architetto, e, do Advogado; e conformando-se esta Corporação com ellas, indeferio a petição do requerente...¹¹

Ressalte-se que o pedido de indenização foi indeferido e a desapropriação foi efetivada. O terreno, situado diante do que viria a ser o Asilo de Mendicidade, tornou-se uma praça. Os processos de desapropriação remetiam a leis antigas referentes a direitos de sesmaria, à época em que o Brasil ainda era colônia portuguesa, e criavam um clima de temor constante, pois qualquer um poderia ser alvo de um desses processos, tendo em vista que a “Corporação defende a utilidade geral, que domina o direito privado:

o bem publico, que é a lei suprema, impõe ao requerente a obrigação de firmar o seu direito.”¹²

O progresso da cidade e, por extensão, da província, passava necessariamente pela estética do aformoseamento, o que pressupunha a exclusão da fealdade e de tudo que se associasse a ela. Deste modo, os poderes públicos enfeixados nas mãos dos camaristas, associados a uma classe de profissionais liberais, médicos, advogados, jornalistas, procuravam estabelecer regras de ordenação da cidade e de seus habitantes. Normas que pretendiam se impor inclusive sobre o domínio privado.

Estabeleceu-se, então, uma linha de atuação em duas frentes bastante nítidas. A primeira concerne ao estabelecimento de medidas segregadoras e ordenadoras dos territórios na cidade. A segunda apresenta-se sobre o sentido geral dos códigos de postura, bem como de toda instituição pedagógico-repressiva (os jornais são um exemplo delas), que ditasse regras de comportamento a serem cumpridas, sob pena de, ao não se encaixarem nos preceitos morais em voga, sofrerem represálias que iam desde recursos legais até opróbrios públicos.

No que toca ao esquadrinhamento da cidade, podemos considerar a planta de Herbster e sua objetivação um instrumento da ação hierarquizadora dos espaços de Fortaleza, criando efetivamente um centro, delimitado por três bulevares, que conformava uma imagem pela distribuição dos equipamentos urbanos e reconstruía a relação entre o meio físico e o plano social. Na medida em que estabelecia um centro da urbe, criava também uma sub-urbe, excluída do ambiente de benefícios recortado pelos poderes públicos.

Exemplo desta ação, na cidade de Fortaleza, é o conjunto arquitetônico formado pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, Santa Casa de Misericórdia e Cadeia Pública, que se apresenta a quem chega à cidade pelo mar como um aviso para “aproximar-se com respeito, pois aqui também havia Força e Misericórdia, Rigor das Leis e Autoridade.”¹³

De acordo com o cronista João Nogueira, este quadro afirmou-se por completo quando, em 1879, o antigo cemitério da Casuarina desapareceu para ceder lugar à Estação da Estrada-de-Ferro Fortaleza-Baturité, que, símbolo de modernidade, deveria situar-se em local onde pudesse ser vista do mar.¹⁴ Além disso, o cemitério passou a ser encarado sob nova sensibilidade que o associava a doenças e à insalubridade; lugar de mortos e miasmas, não pertencia mais à vitrina do progresso e, por isso mesmo, foi transferido para os arrabaldes da cidade, em Jacarecanga.

O progresso, portanto, impôs novo ritmo a Fortaleza, incorporando à paisagem urbana aformoseada a estação da estrada-de-ferro, cujo trem

representava a velocidade fantasmagórica e o avanço constante – interligando a cidade aos centros produtores da província –, enquanto, num mesmo movimento, excluiu a necrópole, associada à negatividade da morte, tabu maior de uma sociedade que, por seus ícones, almejava a perenidade. A cidade é como um palimpsesto, sob sua arquitetura, que é texto, podemos descobrir novos escritos reveladores do processo material de construção de sua urbanidade.

O mesmo processo de exclusão sucedeu ao matadouro público, que foi construído na região denominada de “Areias” (assim chamada pela ausência de arruamento). Identificado como local perigoso à saúde, pelo saber médico-higienista, o Matadouro público foi reconstruído em lugar afastado do perímetro central urbano. Com a sua recolocação, havia maior possibilidade de vigilância sanitária da carne verde comercializada na cidade, assim como de taxaço do produto. No entanto, a implementação deste tipo de aparelho urbano, naquele local, deu início a um fenômeno aparentemente paradoxal: formou-se um aglomerado de casas ao redor do matadouro, levando a uma sociabilidade criada pelo uso diferenciado deste equipamento urbano:

Disseminadas naquela areia se erguiam um cem numero de cabanas de palhas, levantadas atôa e cada qual mais miserável ... Imagine-se as proporções da choça, que para eu entrar nella tive de me abaixar até quasi ficar de cócora. Era um pequeno quadrado tendo uns três metros em cada face. As paredes eram feitas de alguns ramos seccos dando entrada franca ao sol, a chuva, ao vento e aos olhares dos transeuntes.¹⁵

Assim relata o sanitarista Rodolpho Théóphilo, ao se deparar com a situação dos moradores neste arrabalde, da cidade onde foi empreender campanha vacinogênica contra a varíola. A explicação que Théóphilo nos apresenta para a disseminação dessas choupanas nas “Areias” é bastante significativa da criação de territorialidades diversas, pela articulação da distribuição dos equipamentos urbanos e do sentido dado a eles pela população:

Essa aglomeração ahi da ralé de Fortaleza é devida apenas a um pouco de carne de quando em vez extorquida aos urubus e aos cães. ... As rezes condemnadas [pelo médico da Intendência Municipal] são mandadas enterrar, e os mendigos do bairro illudindo a vigilância dos guardas, se é que estes a prestam, desenterram o animal e comem-no até as vísceras!

A ação das classes dominantes locais em busca do progresso criou impressões contraditórias, traçando paradoxos que só podem ser explicados dentro da lógica excludente em que foram implementadas. A permissividade dos poderes constituídos frente a este fenômeno nas “Areias” é tão discrepante

em relação aos foros de civilidade almeçados, que nos impõe reflexões. A existência de cabanas de palha e barro, construídas sem controle ou fiscalização, associadas a um pauperismo tremendo, a ponto de se formar um bairro inteiro de miseráveis, que viviam às custas da carne condenada pela municipalidade, sobrevivendo nas fimbrias do Matadouro público foi sem dúvida um signo paradoxal dos novos tempos.

Entretanto a sociedade do progresso não visava à disciplina total ou, pelo menos, tinha consciência da impossibilidade de uma empreitada desta envergadura. Esquadrinhou-se a cidade e seus moradores, permitindo a criação de territórios alternativos, onde o poder público não intervinha. Esses territórios, marginais ao centro, constituíram-se o referencial maior do progresso que se impunha na cidade. Na medida em que o progresso criava exclusão, também permitia comportamentos desviantes que forjavam *zonas de tolerância*. Esta permissividade atenuava a tensão gerada pela pobreza absoluta da maioria da população urbana, permitindo certa flexibilidade que perpetuava a dominação. O pacto silencioso da tolerância durava enquanto os pobres observavam os limites precisos de sua existência, pois, no centro da cidade, meretrizes, costureiras, artistas, enfim, toda uma pobreza urbana e seus casebres continuavam a sofrer constantes investidas dos poderes públicos.

Fortaleza e seu progresso constituíram, no final do século XIX, um espetáculo que reflete, por um lado, positivities, mas também encerram, em si, todas as contradições do lado negativo desta urbanidade. A cultura urbana parece fadada a encerrar em si as duas faces de um mesmo rosto, onde uma se desvela em sorrisos a outra se contorce, esboçando suas agonias sob o véu de censuras várias.

A CALAMIDADE: "ARÍETE DEMOLIDOR"?

Foi por volta de 1878, um ano após o início da grande seca, que se instalou na cidade uma verdadeira articulação entre discursos, assinalando o que se constituiria rapidamente em um projeto de subordinação do trabalhador livre-pobre, retirante da seca, em um instrumento eficaz, mão-de-obra barata para as obras de construção de Fortaleza. O momento, não podemos negar, comporta vários aspectos de uma situação caótica.

O movimento progressivo que transformou o Ceará em um palco de misérias é bem descrito pelo presidente de Província. Primeiro, quando a seca ainda se iniciava e havia esperanças de chuvas, as autoridades procuraram ignorar os pedidos de auxílio vindos das comarcas interioranas. No entanto, as chuvas esperadas por muitos não vieram, estabeleceu-se um

clima de tensão, prontamente resolvido com a tomada de posição do governo da Província, que mandou enviar gêneros alimentícios aos sertões. De nada estes gêneros adiantaram, o estado de miséria que se avolumava, a natureza, que tardava no envio de chuvas, as longas distâncias foram paulatinamente tornando inviáveis o envio de alimentos para o interior da província, pois os animais não suportavam a viagem ou os saques se interpunham ao destino da remessa.¹⁶ A desconfiança no auxílio do governo foi se instalando. Associando-se a essa desconfiança, surgiram notícias de que, em Fortaleza e em algumas cidades litorâneas, o auxílio era mais abundante, imediato e eficaz, produzindo, portanto, uma aglutinação em massa de retirantes, que, pela primeira vez na história da província, moviam-se em direção às principais cidades do Ceará, criando o fenômeno das migrações, tão novo aos olhares e saberes da época. Tais migrações firmaram um confronto denso entre o campo e a cidade, que se resolveria dentro mesmo dos limites urbanos.¹⁷

As numerosas caravanas d'esses exilados da fome encaminharam-se, ora para as serras da Ibiapaba, Meruaoca, Baturité, Aratanha, Palmeira, Maranguape, Valles do Cariry, em cuja frescura e amenidade do clima procuravam recursos naturais, acenavam-lhes a confiança, ora pra as povoações mais próximas á esta Capital, como sejam: Pacatuba, Maranguape e Mecejana, e, finalmente, para dentro d'esta cidade, arrimo ultimo e apoio supremo da salvação, que vinham buscar. No momento em que me dirijo a V. Exc. A população adventícia 'nesta Capital é assas numerosa, sendo calculada em mais de quarenta e tres mil pessoas, e todos os dias seu numero cresce, á medida que os retirantes, abandonando os seus primeiros pontos de emigração, se deslocam precipitadamente em fuga para a Capital, onde os anima a tranquilidade de que 'nella se lhes fará effectiva, sem intermitencias, a protecção que o Estado lhes concede.¹⁸

A cidade exerce uma forte atração sobre a multidão de retirantes, o que se pôs em andamento quando áreas antigas, nas regiões serranas, não comportavam mais a enorme quantidade de pessoas que as procuravam, por conta da valorização que levou à rápida ocupação das mesmas por grandes proprietários. Tal ocupação gerou a diminuição da área de agregação desses migrantes: muitos foram os casos de assassinatos de retirantes cometidos em nome de particulares, que alegavam estar protegendo suas propriedades. Além de levar os retirantes a uma forçada desterritorialização, a política de envio de verbas e víveres para o interior da província foi cessada devido aos inúmeros desvios feitos por parte de comissários de socorros públicos: nem um terço do que era destinado aos sertanejos flagelados chegava ao destino previsto. Acreditamos,

entretanto, que, mesmo levando em consideração a força propulsora gerada pela cessação da ajuda no interior da província, os retirantes, antes mesmo desta atitude do Estado, já se predispunham ao abandono das áreas mais atingidas pela seca e ao deslocamento para a capital. Fortaleza, como epicentro irradiador de civilização, sede político-administrativa, enfim, oferecia-se aos retirantes com seu canto de sereia. Os jornais da capital constataam e fazem eco a este cântico de atração:

Esta cidade, d'onde todos com rasão esperão que partira o movimento generoso em favor dos indigentes, é o ponto para onde se dirigem todos os que não pódem arcar com os rigores do flagello. Cumpre pois que nos preparemos para hospedar a miseria que nos bate á porta e socorrer-la tanto quanto estiver nas forças de cada um.¹⁹

A situação se apresentava com contornos cada vez mais fortes de calamidade: seca, fome, carestia, multidões de “exilados da fome” chegando à capital, impossibilidade da infra-estrutura urbana absorver toda essa multidão, epidemias. Os jornais acreditavam que se estabelecia o “delírio da miséria”, ou seja, assaltos, ataques à propriedade privada, distúrbios, desrespeito aos padrões da lei, como se fosse realmente um delírio coletivo que se manifestasse, alterando a consciência da população flagelada de maneira global, de modo que, em face de um raciocínio considerado correto, mesmo do apelo à moral, surgia o imperativo da realidade emergencial, que fazia com que a suposta índole pacífica e ordeira do povo cearense se modificasse devido ao apelo sedutor da calamidade.²⁰

Rodolpho Théophilo, farmacêutico e higienista, registrou com argúcia o movimento contínuo e praticamente irreversível da seca de 1877, recrudescida por volta de setembro de 1878, e acrescida da epidemia de varíola, decorrência da enorme quantidade de pessoas mal abarracadas, sem higiene, depauperadas pela viagem extenuante e mal alimentadas. A população de Fortaleza, que, antes da seca, possuía uma média de 27. 000 habitantes, contava, durante os últimos meses de 1878, com 100.000 pessoas.

Theóphilo comparou o já comovente quadro da seca e de sua “parceira inseparável”, a varíola, com um outro, não menos comovente, mecanismo de vitimização: a guerra. O higienista asseverou a sobrepujança da mortalidade epidêmica da varíola cearense:

Na historia de taes epidemias encontram-se grandes desvastações mas nenhuma igual a do Ceará em 1878. Fala-se ainda hoje com assombro da epidemia de variola, que em 1870 atacou o exercito francez durante a guerra Franco-

Prussiana. Esta epidemia foi pequena se comparada com a de 1878 em Fortaleza. A França perdeu victimados pela bexiga, de um exercito de um milhão de homens, vinte e tres mil soldados, e, a capital do Ceará perdeu, em pouco mais de dois mezes, de uma população de pouco mais de cem mil almas, 27. 378 vidas.²¹

As proporções da mortalidade foram realmente assustadoras. No entanto, a morte não se compara à descrição de suas causas; ainda de acordo com Théophilo, a varíola se manifestava de variadas maneiras e, conforme cada manifestação, ganhava uma alcunha popular: tabardia, pele de lixa, olho de polvo, canudo, fogo e assim por diante. De todas elas, uma das mais dolorosas e mortais era a canudo, pois:

A pelle se cobria de vergões, depois de tres a cinco dias de febre alta. Era este o início da erupção. O enfermo sentia que aquelles vergões queimavam como se fossem causticos de brazas. A dor das queimaduras não se metigava. Dias depois cada vergão se levantava em pustulas cylindricas de vinte e dois centimetros de diametro deformando o infeliz desde o couro cabelludo a planta do pé. Estas enormes vesiculas enchiem-se de pús, quando começava a supuração não havia organismo por forte que a resistisse.²²

O estado da cidade era lamentável, a epidemia criava uma atmosfera de pânico, de “luto incondicional”, fechando o comércio, esmorecendo os ânimos, até que, em 10 de dezembro, Fortaleza foi presenteada com um dia ícone da calamidade que se abatera na capital: no cemitério da Lagoa Funda, deram entrada 1.004 cadáveres - tantos que, mesmo dobrada a ração de charque e aguardente dos carregadores, estes, ao final do dia, não conseguiram dar conta do serviço, deixando 230 cadáveres insepultos, que serviram de repasto para urubus e cães.²³

A mortalidade foi tamanha e inspirou medos tão desmesurados nos moradores da urbe, que a varíola chegou a ser, equivocadamente, interpretada como um surto de Peste Negra. Movia-se, por entre o imaginário da população mais abastada de Fortaleza, bem como médicos e higienistas, o espectro dos grandes surtos epidêmicos que afligiram a Europa durante os séculos XIII e XIV. Inclusive o comportamento dos poderes públicos diante da iminência da varíola apresentou aproximações com o dos representantes da medicina européia diante dos primeiros sinais da peste negra. Jean Delumeau reconstitui uma tipologia desses comportamentos, apresentando, como espantosa, a atitude indiferente de escabinos e tribunais de saúde diante das primeiras manifestações da futura epidemia: negar os sintomas dos primeiros infectados, associando-os a doenças mais comuns, como febres

terças; remeter o enfermo de volta ao convívio público como forma de atestar o caráter infundado dos medos latentes; e negar-se, enfim, a tomar uma atitude mais drástica, precavendo-se contra o mal, o que levava a um estado auto-sugestivo que tranquilizava ou procurava tranquilizar, nos primeiros momentos, a opinião pública, como se, rejeitando o medo, rejeitassem a própria peste, ou mesmo a sua possibilidade futura.²⁴

Theóphilo não entendeu como, diante de tantos sinais de epidemia, os poderes públicos continuassem a negá-la com tamanha insistência, esperando o momento do contágio total para uma tomada de atitude, já então ineficaz, frente à irradiação do mal.

Fortaleza, em fins do *Oitocento*, apresentou-se como lugar privilegiado para o desenrolar de dramas inomináveis, traduzidos, nos discursos políticos e jornais de época, com tintas carregadas, mesmo se associados ao flagelo que narravam. Página a página, delineou-se, nos jornais, uma ordem discursiva que aludia ao fim das esperanças de progresso e ao emergir de uma experiência calamitosa na província. Neste sentido, de acordo com jornais como *O Retirante* e *Cearense* e com relatórios de presidente de província, a ação de aceleração das técnicas, do avanço material e do progresso provincial foi interrompido pelas forças da natureza. O progresso material e espiritual da província fora refreado pela seca – calamidade que trouxe à cidade, ícone do progresso cearense, grande leva de retirantes, esses “exilados da fome”, essa “gente esfameada”, esse “delírio da miséria”, segundo as adjetivações de época.

Essa ordem discursiva configurou-se como uma estratégia de atuação bem posta pelas classes dominantes. A calamidade apresentou-se como a decretação de um estado de catástrofe pública geral, um *flagelo*, e familiariza-se com a figura do retirante, apontado como grupo caracterizado pelos defeitos e inconvenientes de ter sido vítima preferencial da desgraça.

A representação da calamidade – guardadas as proporções de sua efetividade – foi levada aos extremos por uma classe que se viu refreada em sua marcha para o futuro e classificou o retirante como signo da mazela, da brutalidade, do atraso, do homem no estado mais rústico e tosco, “desprovido dos benefícios da civilização”, passível às agruras da natureza e, portanto, mais próximo dela do que da civilidade.

Durante os anos de 1877-79, a cidade se constituiu como um espaço marcado por contradições e conflitos estabelecidos no encontro de oposições geradas pela chegada desses retirantes à capital cearense, atestando formas diferenciadas de viver no campo e na cidade. Mas, acima de tudo, afloram oposições entre um projeto elitista de viver a cidade, em seu progresso e suas positivities, e modos de vida nascidos dentro deste projeto,

caracterizados pelo lado negativo desta urbanidade, encerrando uma imensa maioria num circuito de pobreza extrema e ameaçadora, pelo simples fato de existir como tal.

Palavras como “adventícios” e “retirantes” foram cunhadas exatamente por quem planejava a cidade para se referir aos vitimados pela fome, que chegavam em busca de meios de sobrevivência. Esta denominação já é reveladora do estabelecimento de fronteiras entre o “eu” dominante e urbano e o “outro”, que vem de fora e não pertence à cidade, evidenciando a atitude dos cidadãos, que se arrogavam o direito à cidade, com precedência sobre os homens, mulheres e crianças vindos do interior da província. Saídos de seus domicílios, com a saúde comprometida pela fome e pela longa jornada sem transporte ou comida, os retirantes tinham agravada sua situação pelo confronto, na capital, com um projeto de isolamento espacial e social.

A intenção era manter os retirantes segregados em abarracamentos situados nos arrabaldes de Fortaleza; entretanto dificilmente se conseguia pôr em prática tal fito: foi percorrendo a cidade, escolhendo taticamente seus lugares mais representativos em termos políticos, que a multidão se fez ouvir, exigindo dos poderes públicos medidas assistencialistas. Neste sentido, percebemos uma atitude política na escolha dos lugares na cidade, onde os retirantes se expunham fazendo uso inteligente do discurso que os associava à calamidade:

O Palacio da Presidencia era sitiado desde as 5 horas da manhã por milhares delles, que se revejavam no decurso do dia, á medida que os primeiros chegados se distribuam pelas commissões de soccorros. Traziam a pelle colada aos ossos a maior parte dos que não vinham deformados pela anasarca ou por edemas, homens, mulheres e meninos quasi em completa nudez macilentos e inanidos; muitas das pobres mães com os filhos pendentes do colo e já moribundos.²⁵

A atitude tomada por retirantes da seca de 1877-79, em relação à estação da estrada-de-ferro Fortaleza-Baturité, também é significativa em atestar como se processou a tática de resistência e inserção no cotidiano destes homens, não manifestada através da violência, mas de um jogo momentâneo através do qual lidaram com formas culturais dominantes de que se apropriaram conforme suas necessidades. Acerca desta atuação, desta escolha dos lugares na cidade, Rodolpho Theóphilo escreveu:

Hei de lembrar-me com horror da scena que se passou na praça do Senador Castro Carreira, onde se acha edificada a Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité... escolhida por eles (retirantes) de preferência porque esmolavam

aos passageiros do trem e também aos paraóas que se hospedavam nas hotelarias daquele largo.²⁶

Para além da constatação de Theóphilo, referente ao fluxo de transeuntes e seu valor para os retirantes pedintes, verifica-se, na concentração da multidão, uma consciência política do espaço urbano que estavam “invadindo”, pois, ao mesmo tempo em que desregulavam a utilização deste equipamento urbano – como forma de sobrevivência –, a multidão se inscrevia de uma outra maneira no espaço das relações sociais cidadinas. Os retirantes, ao se aglomerarem na estação da estrada-de-ferro, não se aproveitavam apenas do lugar propício à mendicância, dado o elevado fluxo de transeuntes, mas se manifestavam aos poderes públicos e se impunham como sujeitos presentes na urbanidade incipiente de Fortaleza. Por se expressarem, escolhendo como palco um lugar ícone do processo de modernização na cidade, levando sua situação de miséria a uma visibilidade inquietante para os poderes públicos e cidadãos fortalezenses, os retirantes marcaram a contradição entre um projeto modernizador e a calamidade, gerada por esse mesmo projeto, que criou uma imensa multidão caracterizada pela pobreza extrema. Eles incomodaram e mereceram registros porque souberam identificar no espaço urbano os lugares ideais para se porem em conflito com a ordem estabelecida, confrontando sua situação de miséria com a moral de época – mendicância com a modernidade cidadina, táticas criativas com as estratégias de dominação – que os preferia, certamente, se não longe da cidade, ao menos em seus arrabaldes, distantes dos olhares cristalinos de cidadãos ilustres que viam com desilusão o paradoxo gerado por seus sonhos de progresso.

Logo após o início da migração, as elites passaram a qualificar os retirantes como uma “turba de indesejados” na cidade em que se está construindo uma ordem civilizada, necessitando-se fazer uma segregação espacial para livrar esse ambiente dos “bárbaros incautos”. Mas a leitura desses dois indícios históricos – o discurso produzido pelas elites que viam horrendos inconvenientes no fortuito contato com os retirantes e a segregação sofrida por nos abarracamentos – pode nos colocar em uma perspectiva equivocada, se aceitarmos impunemente a idéia produzida na sociedade da época, que afirma no discurso a cisão real entre pobreza e urbanidade incipiente, pois estes dois pólos fazem parte de um mesmo movimento e, apesar de se negarem mutuamente, conviveram forçosa e conflituosamente.

As queixas de presidentes de província, jornais de época e cidadãos ilustres somente reafirmam este convívio tumultuado, de modo que, ao encarmos tais evidências, podemos lê-las como indícios de insubordinação diante da tentativa de exclusão social que se esboçava na Fortaleza do *Oitocento*:

os retirantes também reivindicavam o direito à cidade e aos seus canais de manifestação política, mesmo que esta atitude política tenha se efetivado diferenciadamente das formalidades culturalmente estabelecidas pelo dominante.

Essas formas sub-reptícias de atuação do homem ordinário, resistências por vezes impulsionadas pela necessidade de sobrevivência, chegam-nos como momentos fugazes. Maquiadas pelo discurso ideológico elas nos surgem como o relampejar que ludibria os fotossensores do poder. Obscurecidas pelos documentos esparsos e oficiais legados à posteridade pelos representantes da dominação, ao mesmo tempo mostram-se dotadas de luz própria. Relampejam e apagam aqui, para depois tornarem a se lançar e a clarear a noite escura ali. Como o relâmpago que engana os fotossensores, obscurecendo a artificialidade da luz moderna e clareando a rua com uma luz tão natural quanto passageira, também as táticas cotidianas iluminam, de maneira fugaz, o caminho do historiador por entre a artificialidade ideológica de discursos monumentais crivados por estatutos de dominação.²⁷

Deixar-se enredar nas teias discursivas que fazem parte de atitudes práticas de subordinação; enveredar sem as cautelas adequadas por entre uma documentação por demais unilateral; arregimentar denúncias acerca de projetos de dominação excludentes sem, no entanto, perceber como se articulam reações a esta exclusão não são, de maneira nenhuma, problemas distantes do universo do pesquisador. A cada investida, a cada tentativa de normalizar a vida cotidiana, criam-se novas experiências de confronto, fazem-se, no espaço de uma luta, novas conquistas, como reação, mas também como ação que não espera uma atitude prática de dominação para se pôr a agir, desregulando, pondo a regra à prova, reapropriando a lei, talvez, mais do que como uma resistência a algo, como uma forma de sobrevivência.

Ao discurso da calamidade e às suas injunções políticas que afirmam o retirante como vítima mas também como o próprio mal, propomos estabelecer um novo referencial, que leve em consideração a dimensão atuante dessa multidão inserida nos meandros da urbanidade fortalezense. Assim, realmente, teremos construído uma história conflituosa, acompanhando o fluxo dos acontecimentos, que confinaram o retirante num mutismo histórico e, ao seu revés, apresentando um novo enfoque que relacione as partes, recolocando-as em seus universos divergentes de dominação e resistência.

AS OFICINAS DE TRABALHO E SUAS “VANTAGENS RESULTANTES”

Como vimos, o retirante foi representado, nas inúmeras vezes que falaram sobre a calamidade, como o antagonismo da natureza à engenhosidade

do homem civilizado: um freio que causava atrito significativo à locomotiva do progresso. Daí a estratégia oportuna de não somente decretar pública a calamidade – entendendo como público o ato de divulgar, ao restante do Império, as “mazelas que afligiam a província” e assim angariar recursos imperiais para debelar o mal –, mas também transformar o incômodo atrito causado pela multidão de retirantes que afluíam à Capital, em trilhos por onde a locomotiva do progresso pudesse se movimentar novamente sem maiores problemas.

Perdida quase toda a produção agrícola e bovina, vendido a preços bem abaixo dos valores de mercado o gado ainda restante na província, visando salvar um mínimo dos investimentos na criação, estabeleceu-se, por parte de fazendeiros e criadores, um descarte de seus trabalhadores, camaradas, jornaleiros ou vaqueiros. Mesmo as relações paternalistas, tão arraigadas no costume sertanejo, esfacelaram-se frente à calamidade. As obrigações de obediência do sertanejo ao fazendeiro e as obrigações de proteção por parte deste deixaram, durante os anos de seca, de ser um referencial. O poder, concentrado nas mãos do fazendeiro, permitia-lhe o rompimento deste pacto mudo assim que as condições de preservação do trabalhador no campo deixavam de lhe ser úteis.²⁸

Neste sentido, obediência e respeito passaram a ser questionados também por parte do sertanejo, que, pressionado pela situação limite vivida nos anos de seca, lançou-se contra algumas propriedades, visando ao gado, mas principalmente à lavoura dos abastados. No entanto, este recurso de sobrevivência do retirante, ao que parece, foi pouco utilizado, na medida em que significava sério risco de morte, dadas as reações extremamente violentas dos proprietários:

Rara a noite em que as deshoras não se ouvissem, nos arrabaldes da cidade do Crato e em todo o Cariry, o estampido do bacamarte do assassino; raro o dia em que não amanhecessem na vizinhança dos cannaviais quatro e cinco cadáveres de infelizes. (...) Repellidos quando esmolavam, acoçados cruamente quando, se aproveitando da escuridão da noite, invadiam as lavras, o que lhes restava era a emigração para a capital, para onde, diziam elles, o rei tinha mandado muito dinheiro e roupa, para se distribuirem com a pobreza.²⁹

Desfeitas ou abaladas as relações de trabalho que faziam do homem livre e pobre o sustentáculo da agricultura provincial, os poderes públicos, associados principalmente a uma burguesia urbana ascendente, trataram de estabelecer novas formas de manutenção da imensa população ociosa em novas estruturas disciplinares de trabalho nas cidades. A seca, portanto, não

poderia desarticular as relações de produção.

Mendicância, assaltos, vadiagem, ataque à propriedade privada, cenas que irão fazer parte desse universo conflituoso, dado como problema pelo poder público e classes abastadas. O fluxo que se dirigia à Capital aumentava significativamente dia-a-dia, levando tais problemas ao centro do poder constituído:

Não há dia no qual as portas das Igrejas e edificios publicos não estejam atopetados por mendigos de todas as idades. Esse espetáculo é deponente contra os nossos costumes, além de ser, a maior parte das vezes, imoral e repugnante.³⁰

Importa ressaltar que tal “espetáculo” foi “repugnante”, não pelo simples fato de estarem os retirantes a esmolarem, mas, em grande medida, pela forma como o faziam, arrancando ao corpo as poucas vestes que os cobriam, exibindo-se em seu estado lastimoso de miséria, submetendo os olhares cristalinos da burguesia cristã fortalezense às marcas da fome, da carestia, dos envenenamentos pela ingestão de plantas nocivas – último recurso em caso de ausência total de outra alimentação –, e apresentando as cicatrizes herdadas da varíola que não vitimou. O retirante sabia que seu corpo era um signo e fazia uso dele como forma de coagir os cidadãos fortalezenses a exercerem seus papéis referentes à caridade e à filantropia. Foi esta coação que incomodou tanto os representantes das classes abastadas de Fortaleza.

Entretanto, posteriormente, convivendo com tal denúncia à indigência na capital, estabelecida uma atitude prática de inserção compulsória do retirante nas obras de construção da cidade, surge uma nova vertente do discurso dominante. O mecanismo discursivo para a transformação do retirante, antes estereotipado como atrito negativo ao desenvolvimento da província, agora associado a um símbolo da força e da tenacidade humanas contra os percalços da natureza, foi efetivamente a proposta de utilização desta mão-de-obra na construção da cidade:

E não é muito que pede o povo, não é uma esmolla por caridade é um ubulo em troca de seu suor. Pensamos, parece-nos ser esta a opinião mais geral, que a crise que nos afflige só pode ser conjurada pelo trabalho. ... Aqui na capital há obras em que se pode applicar o trabalho de um avultado numero de operarios. A reconstrução da alfandega, a edificação do paiol da polvora, empedramento de algumas ruas da cidade, trabalhos preliminares do porto e sobretudo o prolongamento da via-ferrea de Baturité. Ninguem por certo quererá contestar as vantagens resultantes de taes trabalhos e com elles, em vez de mendigos, teremos trabalhadores.³¹

Não que o retirante houvesse se tornado herói desta história calamitosa, prodigiosa em inventar enredos de miséria, de decadência e de espantosa resistência humana diante do flagelo. Não. Os homens do campo, em passagem pela cidade, continuaram a ser associados à calamidade, senão a encarnarão em sua degradação, sempre que opuserem determinada resistência aos projetos de uma classe que os queria submeter. Desta forma, nos discursos políticos e jornalísticos de época, foram classificados como preguiçosos quando não se submetiam ao trabalho compulsório, em troca da ração de farinha que lhes era prometida. Ou foram apontados como classe laboriosa, quando “por vocação e indole, obedecem nesta provincia á lei do trabalho”.³²

O trabalho foi entendido como o melhor instrumento para resgatar a dignidade perdida da grande massa de homens e mulheres que afluíram à capital em busca de socorro; trabalho como regenerador das condutas, como restabelecedor do que era considerado a maneira correta de bem viver, validada pela concepção moral do dominante.

Tal visão de mundo parece estar impregnada por um quê de filosofia idealista, que apregoava uma Lei Moral, segundo a qual as regras de conduta humanas deviam ser regidas por um princípio universalmente válido. Esse princípio seria determinado pela razão prática, que era estabelecida, em última instância, pelos homens que detinham a capacidade de saber e, portanto, o poder de estipular regras, segundo os seus próprios modelos de classe, e de torná-las universais de acordo com um idealismo transcendental. Em outras palavras: estipula a moral a ser seguida aquele que domina, ou seja, aquele que vence. De modo tal que a concepção burguesa de classes distintas por critérios de posse, de propriedade, segundo a qual umas trabalhariam para sustentar a riqueza das outras e este trabalho seria considerado dignificante deveria ser o modelo universalmente válido na Fortaleza *fin-de-siècle*.

No entanto, ante a investida dos poderes constituídos, que trocavam trabalho por ração, os retirantes utilizaram-se de algumas táticas, sempre contingenciais, mas significativamente um meio de sobrevivência, na dura lida imposta na cidade. Cobrar uma atitude assistencialista do Estado, aglomerando-se em frente ao palácio da presidência da província ou em pontos estratégicos da cidade, era uma maneira política que os retirantes encontraram para barganhar melhorias. Ou inserir-se nas obras públicas, como meio de sobrevivência, surgia como única opção, pois, em alguns momentos, devido aos discursos jornalísticos, o cerco sobre estes retirantes se tornou tamanho, que dificilmente se conseguiria uma esmola, mesmo nas portas de igrejas, onde se apelava à generosidade cristã do fortalezense.

Destarte, a Câmara Municipal fez também críticas à atitude astuciosa do retirante diante do trabalho na cidade:

Tendo os emigrantes, que n'esta Cidade se acham empregados na condução de pedras para obras publicas por conta do Governo, demolido em grande parte o calçamento da parte da Rua das Flores entre a Rua do Imperador e o Cemiterio publico, conduzindo d'ahi as pedras para as referidas obras, em vez de as irem buscar ás pedreiras; e convido reconstruir o mesmo calçamento restabelecendo o estado em que se achava antes de semelhante procedimento, tem esta Camara a honra de solicitar de V. Exc. as necessarias providencias afim de ser fornecida a pedra precisa para a mencionada construção, cuja mão de obra ficará por conta do cofre Municipal.³³

A inserção na lógica do trabalho, no entanto, não significou aceitar os códigos e procedimentos de conduta, como vimos no documento citado. As pedreiras do Mucuripe ficavam a uma distância razoável do centro de Fortaleza, onde se realizavam as obras de empedramento, entretanto, encurtar distâncias na cidade parece ter sido uma prática inteligente bastante utilizada pelos retirantes empregados nas obras de construção. Ao mesmo tempo em que se submetiam ao trabalho, os retirantes impunham aos poderes constituídos uma outra forma de fazer a cidade. E como o trabalho em si era um dos poucos meios de sobrevivência da multidão, em certa medida, interessava perpetuá-lo, criando um círculo vicioso de construção/destruição/reconstrução, certos de que a mão-de-obra utilizada nos consertos necessários só poderia ser uma: eles, retirantes.

Mesmo tendo em vista esta atitude “destruidora” do retirante, foi a sua mão-de-obra largamente utilizada na lide de empedramento das ruas principais da cidade, na ampliação da via-férrea de Baturité, que ligava Fortaleza aos centros produtores, na construção do Passeio Público e do Asilo de Mendicidade, na reconstrução da Cadeia Pública, na construção de açudes, no nivelamento de praças, deslocamento do antigo cemitério São Casemiro e limpeza do novo São João Batista, na construção do novo paiol da pólvora do Quartel da cidade, na limpeza geral das ruas e bulevares, e, como se ainda não fosse suficiente, tiveram que erguer com as próprias mãos as palhoças nos arrabaldes da cidade, que constituíram os abarracamentos, onde os poderes públicos tentavam conter aqueles que não estavam fisicamente aptos ao trabalho.

No entanto, na estrutura montada na cidade, poucas vezes seu trabalho foi reconhecido, pois, a menos que se quisesse convencer o Governo Imperial de que o dinheiro injetado na província estava sendo bem empregado,

convinha que esquecessem os abusos cometidos na utilização, não raras vezes, de mulheres, crianças, e até pessoas inválidas no construto da cidade. Ademais foi como parte integrante da calamidade que o retirante “teve maior valia para o Ceará”, na medida em que seus sofrimentos, arregimentando fortes doses de comoção nacional, convenciam todo o Império da necessidade de avultadas verbas serem remetidas à província, visando à salvação desses “desvalidos”. Desta forma, o presidente de província, José Julio de Albuquerque, sobre a construção da via-férrea de Baturité, teceu loas ao progresso em andamento no Ceará, mas não incluiu o retirante como trabalhador ativo na sua construção, seu papel encerrou-se na calamidade:

(...) congratulava-se com os brasileiros amantes do progresso, pela realização desta empresa, um dos maiores benefícios que poderiam ser concedidos ao Ceará, no presente, por dar util ocupação a milhares de braços que a mingua de trabalho definhavão, no futuro, como seguro elemento de restauração e prosperidades: que, em face d’esta via-ferrea não se podia deixar de reconhecer a patriótica solicitude e generosidade do Governo Imperial que por todos os meios tem cuidado de minorar os soffrimentos desta provincia, de preservalla dos crueis effeitos das calamidades que a flagellão periodicamente, e que, assim, os filhos d’esta terra deviam por tantos favores recebidos protestar eterna gratidão a Sua Magestade O Imperador e ao seu benemerito Governo... [E continua, declarando-se] muito satisfeito com o serviço e trabalhos executados que têm excedido a sua expectativa, que a considerar-se a prestesa com que á deliberação seguio-se a acção no projecto e factura da estrada, as difficuldades vencidas nas explorações, no traçado, na locação e já na adiantada construção, os encommodos e perigos a que se tem exposto os engenheiros n’uma região abrazada e combatida pela fome e pela peste, não se poderia recusar um preito de homenagem a esses obreiros da civilização que, por amor da gloria e do bem publico arriscam a propria existencia em prol desta inditosa provincia...³⁴

Tal discurso foi proferido na inauguração de mais um trecho da via-férrea, após o presidente da província, defronte a um barracão com bandeiras e armas imperiais, ter batido o primeiro grampo do trecho dos trilhos em questão, com “vivas e aclamações do povo”, ao som do hino nacional. O ocorrido se inscreve na reiterada veleidade dos governos em nome da nação, que, “patrioticamente”, cria elos entre as necessidades do presente – ocupando milhares de braços ociosos – e do futuro – que associa a estrada de ferro a um elemento de “restauração” e “prosperidade”, ampliando, retomada a normalidade perdida, os laços entre sertão e capital, entre produção e escoamento para o restante do país e para a Europa. Não se trata, pois, de um investimento localizado, mas de um empreendimento nacional pela

interligação do país por meio de trilhos, visando ao progresso, que parece imanente à própria obra. O ato de cravar o primeiro grampo, marcando a construção como feito de uma elite, o discurso elogioso dirigido somente aos engenheiros, o confinamento dos milhares de operários empregados em um papel secundário, como vítimas socorridas e não como trabalhadores, fazem da festividade de inauguração da via-férrea uma cenografia da exclusão.

O mesmo ocorre em termos de reconhecimento do trabalho dos retirantes nas obras encampadas na cidade. Barão de Studart, renomado médico e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seu *Datas e Factos para a História do Ceará*, percebeu muito bem os avanços e progressos da cidade, em fins do *Oitocento*, muito diferente da acanhada Fortaleza de início do século. Ao arrolar, em seu referencial positivista, os fatos que marcaram a História cearense, o autor recriou uma História protagonizada por grandes personagens, marcando, em sua seleção, um tipo específico de trabalho historiográfico, que diz muito do lugar de onde o autor escreveu.

Foi desta forma que Studart se deteve no ano de 1883 para “dar uma idéia do desenvolvimento e progresso material, que vae tendo esta nossa bella e mimosa cidade”³⁵: apresenta as ruas de Fortaleza e seu respectivo número de construções, tantas casas, tantos sobrados, tantos bulevares, tantas estradas empedradas, além das que ainda estavam em construção, bem como os edifícios públicos, Palácio do Governo, Palácio Episcopal, Seminários, Quartel do 15º Batalhão, Cemitérios, Estação da via-férrea, paiol da pólvora, Alfândega, Asilo de Mendicidade, Depósito de artigos bélicos, Mercado público... Muitas destas construções tiveram misturadas a sua argamassa o suor do trabalhador retirante; no entanto o autor não faz qualquer menção a este fato. A cidade apresentou-se, três anos após o término oficial da seca, como um patrimônio do progresso material, edificado por obra de ninguém. Mantém-se a mesma estrutura de exclusão presente em tantos outros relatos, que nos chegam, atravessando o tempo, como testemunhos de um passado idealizado e hierarquizado. A calamidade eclipsou os conflitos sociais tanto quanto o progresso se exibiu como auto-representação burguesa.

Foi desta maneira que se chegou mesmo a associar os quase quatro anos de seca a um luto paralisador, cujo fim somente poderia ser aludido depois de terminada a calamidade. O progresso é um devir que só pode se inscrever sobre as ruínas desta calamidade, sobre seu esquecimento. Os ecos deste tipo de retórica se fazem ouvir em discursos de presidentes de província, jornais, obras de época e memorialistas, e suas reverberações produzem efeitos na historiografia cearense.³⁶

Tal perspectiva se funda sob um discurso crivado pelo estatuto ideológico da dominação, assimilando desse discurso o seu referencial dissimulador dos conflitos, presente em grande parte das narrativas da calamidade, em seus cronistas, nos jornais de época e em sua oratória política.

É necessário que nos acerquemos de fontes, façamos levantamentos exaustivos até, almejando ao máximo de indícios possíveis de um passado que, em muito, nos é familiar, mas que, em muito também, nos deve causar estranhamento. Entretanto encarar as massas documentais e suas ordens discursivas com desconfiança é necessário, para que o historiador da cultura não se atenha à indigesta tarefa de reproduzir efeitos de poder, relegando aos vencidos mais uma derrota, em nova versão que privilegia o esquecimento: uma dupla morte.

Uma última palavra sobre os retirantes: lembrá-los, pois, como sujeitos ativos, agentes que deram seu contributo na construção da cidade, é devolver-lhes a humanidade perdida nos desvãos de uma memória excludente e monumental, que só os quis lembrar como “adventícios”, “miseráveis” e “desvalidos”, estigmas da seca, que trouxeram a calamidade à Fortaleza e nada mais. À beleza inebriante do morto, em sua incapacidade de reagir, em sua despolitização, confrontamos sujeitos da história, que atuaram sobre os signos do poder como pesadelos renitentes que não cessam de retornar. Não como memórias esquecidas nos porões da História, mas em todo seu potencial de denúncia contra atitudes políticas que construíram seu ideal de progresso sobre a exclusão e o massacre de uma grande maioria.³⁷

NOTAS

- ¹ ANDRADE, Lopes de. *Introdução à Sociologia das Sêcas*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: editora A Noite, 1947, p.07.
- ² Cf. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In: *Revista Brasileira de História*, São Pulo: ANPUH/Marco Zero, Vol. 15, nº 28, 1995, p.111. Onde o autor apresenta a seca como uma invenção, desnaturalizando-a e inserindo-a dentro de um movimento histórico.
- ³ A terminologia é utilizada em BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das Cidades, um Percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.237.
- ⁴ NEVES, Margarida de Sousa. O Povo nas Ruas: um ‘Conto de Duas Cidades’. In: PECHMAN, Moses. (org.) *Olhares Sobre a Cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, pp.135-155.
- ⁵ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de Uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p. 102.
- ⁶ NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. Fortaleza: Edições UFC/ PMF, 1980, p.15. As crônicas

são um importante meio de memorização da cidade, sua produção comporta formas específicas de apresentação do espaço urbano. O uso desta fonte é recorrente na historiografia da cidade e notamos as reverberações discursivas de sua prática em muitos trabalhos sobre Fortaleza, neste caso o cronista apresenta o Passeio Público como importante espaço de sociabilidade e lugar onde ocorreram importantes fatos políticos.

- ⁷ Id. *Ibidem*. p.30-1.
- ⁸ Sobre o surgimento da bio-política e da intervenção médica nas maneiras de viver do trabalhador ver FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- ⁹ Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. Câmara de Fortaleza. Código de Posturas da Cidade. Pc. 36. 1846-1870.
- ¹⁰ Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. Arrolamento da Freguesia de São José da Cidade de Fortaleza. Empreendido pelo chefe de polícia da Província Dr. Manoel dos santos Vital, livro n.º 332, FUNDO: Secretaria de Polícia, 1887.
- ¹¹ Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC - Fundo: Câmara Municipal; Série: Correspondência Expedida; Período: 1872-1880; Município: Fortaleza; Ala: 20; Estante: 429; Caixa: 39; Ofício nº 33 - Em Sessão de 4 de Novembro de 1875.
- ¹² Id. *Ibidem*.
- ¹³ NOGUEIRA, João. op. cit., p.76.
- ¹⁴ Ao nos transportar à discussão dos aspectos técnicos e espirituais da “modernidade”, reconstituindo a experiência da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré nos confins do Amazonas, Foot Hardman lança um questionamento sobre as estruturas de raciocínio da lógica burguesa, de seus potenciais autodestrutivos e criativos, bem como do seu alcance e interferência na vida cotidiana de operários e população em geral. Aliando em sua análise aspectos técnicos, culturais e ideológicos da “modernidade”, o historiador nos aponta a gravidade dos efeitos simbólicos de determinados empreendimentos, ressalta a importância dos mesmos como mecanismos de afirmação burguesa. HARDMAN, Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ¹⁵ THEÓPHILO, Rodolpho. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, (Fac. sim. de ed. publicada em 1904), 1997, p.108.
- ¹⁶ Cf. Neves, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- ¹⁷ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, passou a Administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Conselheiro João Ferreira D’Aguiar, Presidente da mesma Província, em 23 de Novembro de 1877. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Setor de Microfilmagens. Rolo 06.
- ¹⁸ Id. *Ibidem*. p.20.
- ¹⁹ do seu alcance e interferência na vida cotidiana de operários e população em geral. Aliando em sua análise aspectos técnicos, culturais e ideológicos da “modernidade”, o historiador nos aponta a gravidade dos efeitos simbólicos de determinados empreendimentos, ressalta a importância dos mesmos como mecanismos de afirmação burguesa. HARDMAN, Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ²⁰ THEÓPHILO, Rodolpho. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar

- Alcântara, (Fac. sim. de ed. publicada em 1904), 1997, p.108.
- ³⁷ Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- ³⁷ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, passou a Administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Conselheiro João Ferreira D'Aguiar, Presidente da mesma Província, em 23 de Novembro de 1877. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Setor de Microfilmagens. Rolo 06.
- ³⁷ Id. Ibidem. p.20.
- ³⁷ Jornal *Cearense* - Órgão Liberal. Quarta-feira, 18 de Abril de 1877.
- ³⁷ Idem. Acompanhando o Cearense vários jornais da capital alertavam para o estado de realidade alterada da população adventícia, a premência da morte é apontada como um motivo significativo da transformação de um povo geralmente ordeiro em uma multidão perigosa. A fórmula "delírio da miséria" encerra em si todos os pressupostos da calamidade, acrescida ao alerta do risco de uma multidão psicologicamente fora dos padrões de normalidade, perigosamente posta nos limites da sobrevivência e, diante deste estado novo de exasperação, ainda não disciplinada a conter estes ímpetus de sobrevivência, manifestos de variadas formas.
- ³⁷ THEÓPHILO, Rodolpho. op. cit., p. 05-6.
- ³⁷ Id. Ibidem. p.16.
- ³⁷ Id. Ibidem. p. 26-8.
- ³⁷ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. Tradução: Maria Lúcia Machado, Tradução das notas: Heloísa Jahn. São Paulo,: Companhia das Letras, 1989, p.118.
- ³⁷ Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Setor de Microfilmagem. Fala com que o Excelentíssimo Senhor Dr. José Julio de Albuquerque Barros Presidente da Província do Ceará abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial em 1º de novembro de 1878, p.39.
- ³⁷ THEÓPHILO, Rodolpho. op. cit., p.57.
- ³⁷ Cf. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. vol. I Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ³⁷ Neves, Frederico de Castro. A Seca na História do Ceará. In: Souza, Simone de (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.78.
- ³⁷ THEÓPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1878-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p.97.
- ³⁷ Jornal "Cearense" - Órgão Liberal. 29 de Abril de 1877.
- ³⁷ Jornal "Cearense" - Órgão Liberal. Quarta-feira, 18 de Abril de 1877.
- ³⁷ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, passou a Administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Conselheiro João Ferreira D'Aguiar, Presidente da mesma Província, em 23 de Novembro de 1877. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel; Setor de Microfilmagens. Rolo 06.
- ³⁷ Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, ofício nº53, em sessão de 11 de Abril de 1878. Arquivo Público do Estado do Ceará, Fundo: Câmara Municipal; Série: Correspondência

- Expedia; Período: 1872-1880; Município: Fortaleza; Ala: 20; Estante: 429; Caixa: 39.
- ³⁷ Ata da inauguração do assentamento dos trilhos da Estrada de Ferro de Sobral, documento transcrito de *Apud*. STUDART, Barão de. *Datas e Factos para a história do Ceará*. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 262-3.
- ³⁷ STUDART, Barão de. op. cit., p. 305-7.
- ³⁷ PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUSA, Simone de. (org.), *Uma Nova História do Ceará*, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 163.
- ³⁷ Cf. CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Tradução; Enid Abreu Dobrázki - Coleção Travessia do Século; Campinas, SP: Papirus, 1995.

ABSTRACT

The report of Indian management that came to São Paulo at the end of 19th century and the beginning of the 20th century, participated intensely in the Brazilian industry development. Thus, an investigation about the Indian management of the post-Second World War is very pertinent, because that differs from the one that preceded it. The impact of the Brazilian industry was working qualified manpower besides the eugenic criterion: the arrival of immigrants from western Europe. The Italian government stimulated its companies to emigrate in order to send profits to Italy - which greatly helped the country to be economically re-built and also to reduce the social tensions brought about by unemployment. By means of the emigration of the immigrants that came to São Paulo to work, we could assess their country's or the Brazilian industry management and find out their mis-power production.

KEYWORDS

Industry, Immigration, Labour.